

O CRÉDITO ENTRE A PEQUENA E A GRANDE LAVOURA: UMA ANÁLISE SOBRE A ECONOMIA CAFEIEIRA PAULISTA (1889-1930)

Rodrigo Fontanari¹
Pedro Geraldo Tosi²
Rogério Naques Faleiros³

Quando o assunto em questão é a história econômica do Estado de São Paulo, principalmente sobre o vértice da economia cafeeira, algumas imagens acabaram se cristalizando no imaginário, na memória e na literatura relativa ao assunto. Essas visões privilegiaram a cafeicultura sobre o prisma das grandes fazendas assentadas na monocultura do café. Nesta vertente, podemos retirar um exemplo clássico da obra de Monteiro Lobato:

É de enfurnar o peito a impressão de quem pela primeira vez navega sobre o oceano verde escuro. Horas a fio, num pullman da Paulista ou num carro da Mogiana, a cortar um cafezal só – milhões e milhões de pés que ondulam por morros e Valle até se perderem no horizonte confundidos com o céu...Um cafezal só, que não acaba mais, sem outras soluções de continuidade além do casario das fazendas [...]⁴.

Percebe-se, através desta passagem, uma certa estrutura produtiva baseada exclusivamente na produção cafeeira, modelo este que teria, assim, se constituído visando manter a lucratividade do empreendimento e atender as exigências do mercado internacional. Desta forma, para a constituição de tal atividade “o primeiro passo é a criação da propriedade de título líquido. Sem esta base, não pôde surgir a fazenda, que é uma empresa de vulto, onde se interessam fortes capitais”⁵.

Grandes propriedades, cafezais a se perderem de vista, milhares de braços (primeiro o escravo, depois o imigrante), somas vultosas de capitais, entre outras características, são, portanto, elementos que estiveram presentes nessa importante fase da história econômica paulista. Esta visão pautada no latifúndio monocultor pode ser encontrada em várias obras de referência no mundo acadêmico, como por

¹ Mestre em História e Cultura Social pela UNESP-Franca/SP. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo. Bolsista CNPq. E-mail: <rofontanari@usp.br>.

² Professor Assistente Doutor do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Política Internacional da Universidade Estadual Paulista, UNESP-Franca/ SP. Doutorado em Ciência Econômica pela UNICAMP. E-mail: pgtosi@uol.com.br

³ Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo. Doutorado em Economia Aplicada pela UNICAMP. E-mail: <rogerionaques@yahoo.com.br>.

⁴ LOBATO, Monteiro. *A onda verde*. 2ed. São Paulo: Editora Monteiro Lobato & Cia, 1922. p.7.

⁵ LOBATO, *A onda verde ...*, p.11.

exemplo, em Prado Junior, que chega a fazer uma distinção entre a grande lavoura, produtora de *commodities* voltada exclusivamente para o mercado externo; e aquelas unidades produtivas que chamou de “agricultura de subsistência”, destinadas a produzir gêneros de primeira necessidade para o mercado interno⁶. Apesar de não descartar a pequena propriedade e a policultura, é singular sua dependência do setor exportador e seu caráter secundário dentro da economia.

Outra obra de *referência* que acentua essa visão dicotômica entre mercado externo e mercado interno é de Celso Furtado. Para este autor, sempre que houvesse uma crise no setor principal e dinâmico da economia, ou seja, no setor exportador, “*todo o sistema se ia assim atrofiando, perdendo vitalidade, para finalmente desagregar-se numa economia de subsistência*”⁷. É evidente que toda importância do modelo proposto recai sobre o setor exportador, sendo que as demais produções que não se encaixassem nesse modelo seriam consideradas setores *subsidiários*, afirmando-se mesmo, em alguns casos, que teria ocorrido *involução* para uma agricultura de subsistência. A unidade produtora é a fazenda, marca da grande propriedade, e a “*roça’ era e é à base da economia de subsistência*”⁸.

Essa forma de abordar a história da agricultura brasileira, ou seja, pelo prisma da grande propriedade e da grande lavoura⁹, acabou por forjar imagens da sociedade e da economia brasileira, principalmente para o período colonial e/ou imperial, que muitas vezes não correspondiam ao *todo da realidade em si*. Esta se apresentava como uma sociedade muito mais dinâmica e multifacetada, como tem demonstrado diferentes trabalhos, que sob variadas abordagens, com caráter mais regionalizado e assentado em números mais consistentes de fontes documentais, têm explicitado que a pequena e a média propriedade, bem como a produção para o mercado interno, também foram fundamentais para o desenvolvimento econômico do país¹⁰.

Sem dúvida, como ressaltaram as *grandes sínteses históricas*, o latifúndio e a monocultura constituíam parcela significativa do sistema produtivo da economia cafeeira¹¹. Não descartamos a importância das extensas propriedades cafeeiras e o papel desempenhado pelos seus proprietários, os “reis do café”, no seio da economia

⁶ PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p.157.

⁷ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 32ed. São Paulo: Ed. Cia. Nacional, 2003. p.90.

⁸ FURTADO, *Formação Econômica...*, p.126.

⁹ Prisma analítico que ficou conhecido como visão “plantacionista”. In: LINHARES, M. Y. L.; SILVA, F. C. T. *História da Agricultura Brasileira: Combates e Controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.117.

¹⁰ Podemos citar, dentre outros: ZEMELLA, M. P. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1951. LENHARO, A. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993. ANDRADE, M. F. *Elites regionais e formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado & BRIOSCHI, Lucila Reis. (orgs.) *Na Estrada do Anhanguera*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999. OLIVEIRA, L. L. *Heranças guardadas e transições ponderadas: história econômica do interior paulista 1890-1920*. Franca: UNESP-FHDSS; FACEF, 2006. GRILO, A. T. *Tocaia no fórum: violência e modernidade*. Franca: Tese (Doutorado em História), UNESP, 2009.

¹¹ CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. In: HOLANDA, Sergio Buarque (coord.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 6ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p.108.

paulista no período que estamos abordando¹². Como veremos, eles desempenharam diversas atividades e se dedicaram a diferentes funções na capital paulista, muitas vezes correlata (ou não), à produção da rubiácea no interior do Estado.

Um das principais ideias apresentadas aqui é que a grande lavoura não foi à única unidade produtora no seio da economia cafeeira. Muito pelo contrário. Esse complexo econômico foi marcado por uma diversidade de unidades produtivas, destinadas tanto à produção de café quanto de gêneros alimentícios como milho, feijão e arroz, ou ainda, como na maioria das vezes, consagradas a ambas as atividades¹³. Como veremos, a grande propriedade não produzia somente café, mas também produzia alimentos para o consumo interno; e por outro lado, as pequenas propriedades não se destinavam a produzir unicamente *gêneros de subsistência*, mas produziam igualmente café para exportação. Uma imagem muito mais precisa para congregar essa *realidade* é a que acabou conhecida como *complexo cafeeiro*, onde:

[...] a atividade-núcleo [o café] exigia enorme suporte de infra-estrutura de transporte, de comércio e financiamento, o capital cafeeiro foi-se desdobrando, gerando ferrovias, porto, comércio, bancos, indústria e agricultura não-café, a que, já a partir de 1910, conduziria a substituição de importações de alimentos simples”¹⁴.

Não descartando essas diferenças entre os mais distintos segmentos produtivos, grosso modo, entre grande e pequena lavoura cafeeira, o que salientamos é que essa diferença de pertencimento na hierarquia produtiva acabou por refletir-se no mercado de crédito, sendo que a grande lavoura, principalmente quando ligada ao *grande capital cafeeiro* possuía um aporte financeiro muito maior para *securitizar* suas operações, essencialmente através da captação de crédito. Nossa intenção

¹²Em artigo recente Colistete e Lamounier frisaram a importância e a influência da grande propriedade e do latifúndio na economia cafeeira paulista. Demonstraram que, apesar do crescimento significativo das pequenas e médias propriedades, a parcela mais considerável dos recursos produtivos era produzida pelas grandes propriedades, pelo menos na mais importante região cafeeira do Brasil no início do século XX, ou seja, a região nordeste do estado de São Paulo. Fato que teria motivado uma estrutura altamente concentradora de riqueza. In: LAMOUNIER, M. L.; COLISTETE, R. P. The end of plantation? Coffee and land inequality in early twentieth century São Paulo. *MPRA Papers*, n.31.833, 2011.

¹³Para ilustrar essa diversidade de unidades produtivas tomemos os exemplos do município de Santa Cruz das Palmeiras, situado no “Oeste” paulista, na região entre Campinas e Ribeirão Preto, que no ano de 1906 apresentava propriedades tão distintas como a fazenda “Santa Veridiana” com 600 alqueires de terra e 550.000 pés de café; a fazenda “Brejão”, também dos Silva Prado, com 800 alqueires e 740.000 pés de café, que produziu nesse ano oitocentos carros de milho e quinhentos alqueires de feijão; e por outro lado, o sítio “Palmeiras”, de José Avesani, com 12 alqueires de terra e 8.000 cafeeiros, produziu quinze carros de milho, trinta alqueires de feijão e cinquenta alqueires de arroz. In: DE SIMONI, J. *Almanach Ilustrado de Santa Cruz das Palmeiras: 1905-1906*. Santa Cruz das Palmeiras, SP: Typografia do Correio Palmeirense, 1906.

¹⁴CANO, Wilson. Base e superestrutura em São Paulo: 1886-1929. In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da. (org). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997. p.239. (grifos do autor).

não é discutir a forma pela qual se deu a formação das pequenas propriedades: se foi pela desagregação da grande lavoura ou pelo desmembramento das médias propriedades em períodos de crise; se foi pela venda de pequenos lotes em áreas de fronteira ou ainda pela frugalidade dos colonos. A aborgadem desta questão ainda hoje é complexa e exigiria a totalidade desse artigo para discuti-la¹⁵.

O nosso objetivo é demonstrar que existiam diferenças cruciantes na forma de financiamento entre as diferentes propriedades que formavam o complexo cafeeiro paulista e que, ainda, mesmo em situações mais “dispendiosas” as pequenas lavouras conseguiam acesso a fontes de crédito, o que pode ter promovido sua própria realização, ou por outro lado, pode ter custado sua existência.

Outra questão que pretendemos avançar se refere aos mecanismos de crédito existentes no interior¹⁶. No campo institucionalizado, aquele que trata do sistema bancário voltado notadamente para os grandes negócios, existem alguns trabalhos seminais, tais como o de Flávio Saes¹⁷ e o de Renato Perissinotto¹⁸, que dão conta das formas mais avançadas de crédito ligadas ao grande capital cafeeiro. Porém, um lado da questão deixa de ser abordado, justamente aquele que se refere às formas mais recorrentes de crédito no interior de São Paulo (notadamente crédito hipotecário e penhor agrícola), captado por fontes cartoriais.

O crédito no mundo dos grandes fazendeiros

É sabido que o complexo cafeeiro paulista não se caracterizava unicamente pelas grandes unidades produtoras. Tal formação econômica é muito mais coerente se vista sob o ponto de vista de um *mosaico*¹⁹, onde coexistiam, lado a lado, lavouras e fazendas de distintas dimensões, o que refletia capacidade produtiva diversa. Contudo, a “*grande propriedade era a regra na franja pioneira e o grande senhor, o latifundiário, continuava a ser o pioneiro do café, como já o havia sido no Vale do Paraíba, nos arredores de Campinas ou no relevo montanhoso de Amparo*”²⁰.

¹⁵Sobre o assunto ver, dentre outros: MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1984. MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1982. HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. FONT, Maurício A. Padrões de ação coletiva dos plantadores paulista de café: 1932-1933. In: SORJ, Bernardo; CARDOSO, Fernando H.; FONT, Maurício. *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

¹⁶Para uma visão mais abrangente a respeito da hierarquia do crédito na economia cafeeira paulista ver: FONTANARI, Rodrigo. *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre crédito no complexo cafeeiro paulista*. Casa Branca/ SP (1874-1914). Dissertação (Mestrado em História). Franca: FCHS/UNESP, 2011.

¹⁷SAES, F. A. *Crédito e Bancos no desenvolvimento da economia paulista: 1850-1930*. São Paulo: IPE/USP, 1986.

¹⁸PERISSINOTTO, R. M. *Estado e Capital Cafeeiro: burocracia e interesse de classe na condução da política econômica (1889-1930)*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1997. Tese de doutoramento.

¹⁹TOSI, P. G.; FALEIROS, R. N. Domínios do Café: ferrovias, exportação e mercado interno em São Paulo (1888-1917). *Revista Economia e Sociedade*, 20, n. 01, (41), abril 2011.

²⁰MONBEIG, *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo...*, p.177.

Dada a centralidade da grande cafeicultura em São Paulo, referindo-se àquela superior a duzentos mil cafeeiros, faz-se necessário o entendimento do financiamento de suas atividades, notadamente da produção de café. Depositaremos aqui nossas atenções em duas possíveis vertentes da cadeia do crédito que englobavam estes agentes: a) as principais fontes de crédito que possibilitavam a manutenção dessas notáveis empresas, ou seja, as fazendas de café; b) o fato de que estas fazendas foram importantes fornecedores de crédito local. Analisaremos, assim, a forma como emprestavam seus rendimentos²¹, e, para desenvolver tal tarefa, focaremos nossas análises, agora, em duas figuras: Antônio da Silva Prado e Antônio José Correia, o Barão de Rio Pardo. O primeiro era um eminente membro do *grande capital cafeeiro*, e o segundo um agente ligado ao *médio capital cafeeiro*, nos termos de Sérgio Silva²². Desta maneira veremos, ao longo da exposição que, como observou Monbeig:

Longe estava o fazendeiro médio de possuir a fortuna de um Prado, de um Queirós Teles, de um Toledo Piza, de um Alves Lima. Participa, entretanto, do sistema, partilhava suas maneiras de ver, sem perceber que, em mais de um ponto, não coincidiam seus profundos interesses forçosamente com o dos outros²³.

Estas diferenças de pertença ao capital cafeeiro, guardadas algumas particularidades que os aproximavam em alguns casos, como veremos, refletiram-se nas diversas formas de financiamento praticadas nestes distintos *níveis*, ao que se pressupõe, desde já, que as linhas de crédito fossem mais acessíveis àqueles que estavam vinculados ao grande capital cafeeiro.

Alguns trabalhos evidenciaram uma estrutura na cadeia do crédito marcada por diversos intermediários sobrepostos entre o cafeicultor e o mercado internacional, onde o café, no caminho da fazenda à mesa, passaria pelas mãos de comissários, corretores, ensacadores, exportadores, onerando, como era de se esperar, o produtor, que arcaria com todos os riscos da produção agrícola e ainda veria “rarear” parcela importante de seus lucros nesse caminho *infecundo*, sob seu ponto de vista, de

²¹Segundo Warren Dean, que analisou algumas hipotecas no município de Rio Claro, entre 1850 e 1859, temos as seguintes fontes de créditos para as lavouras: Fazendeiro e comerciantes de Rio Claro: 6%; Fazendeiros e comerciantes do restante de São Paulo: 14%; Exportadores e comerciantes, Santos e Rio de Janeiro: 80%. In: DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p.48. Em nossas análises referentes ao município de Casa Branca, chegamos aos seguintes dados, quanto à importância dos fazendeiros na concessão de crédito hipotecário a nível local: 16% entre 1874-1884; 24% entre 1885-1895; 29% entre 1896-1906 e 17% entre 1907-1914. Denota-se, assim, sua importância na cadeia do crédito.

²²Uma observação, na esteira de Sérgio Silva, faz-se necessária quanto a essa divisão entre grandes e médios capitais. “Os grandes capitais – isto é, a camada superior da burguesia cafeeira – definiam fundamentalmente uma burguesia comercial. Os médios capitais – isto é, a camada inferior da burguesia cafeeira – definiam sobretudo uma burguesia agrária, cuja fraqueza (resultante do fraco desenvolvimento do capitalismo ao nível da produção) a aproximava de uma simples classe de proprietários de terra”. In: SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 7.ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986. p.55.

²³MONBEIG, *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo...*, p.142.

comercialização²⁴. Mas na teia mercantil e na esfera multifacetada da produção resultante do complexo cafeeiro, ver-se-á que nem sempre predominaram estas relações de sangria para os integrantes do grande capital cafeeiro.

Começemos com o conselheiro Antonio da Silva Prado. Este personagem foi um dos principais representantes do grande capital e possuía participação em vários setores deste complexo cafeeiro, tais como a produção do café (era dono da fazenda Santa Veridiana, em Santa Cruz das Palmeiras), a comercialização (era um dos donos de umas das maiores casas exportadoras de café do país, a Prado, Chaves & Cia.), o transporte (com ações na Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e um dos principais acionistas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, da qual, por vários anos, esteve à frente como diretor) e no financiamento (sendo um dos fundadores do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo).

Sendo assim, em vistas de sua ação plural no conjunto dessa economia, possuía facilidades no que se referia aos canais de financiamentos para a produção, possivelmente pelo desconto de Conhecimentos de Embarque de café nas estações das ferrovias como veremos adiante. Vejamos uma escritura de penhor agrícola firmada entre este eminente empresário paulista, como devedor, e o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, como credor. Esta escritura foi lavrada em 1915, numa conjuntura internacional delicada para a lavoura cafeeira nacional em vistas da eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Neste documento, o Conselheiro Antonio Prado solicitou ao banco a quantia de cento e sessenta contos de réis, a uma taxa de juros de 10% a. a. (abaixo dos 12% anuais usualmente praticados) pelo prazo de um ano (como era factível, nos contratos de penhor agrícola, uma vez que a safra de café constituía a caução). Para garantia desta dívida foram dados em penhor os frutos de café da fazenda Santa Veridiana a serem colhidos no ano de 1915, sendo a safra estimada em 40.000 arrobas. Se já não bastassem, até aqui, esses “benefícios” de juros abaixo dos praticados e acesso a fontes de crédito somente disponíveis para os agentes do topo da cadeia mercantil, ainda existiam na escritura duas cláusulas que chamam a atenção, pois corroboram a hipótese de “favorecimento” auferida àqueles fazendeiros fundidos ao grande capital. Observemos²⁵.

Consta na escritura a seguinte cláusula: “*que, para todos os efeitos legais, o valor dos fructos dados em penhor é estimado e determinado pelos contractantes, por mútuo e expresso accordo em 200:000\$000, a razão de 5\$000 a arroba, depois de beneficiado*”. Esta determinação averbada em cartório diz respeito ao valor dos frutos dados em penhor, que em muitos casos não eram firmados de antemão, ainda mais em uma conjuntura econômica tão delicada. Estando os principais mercados

²⁴“A estrutura do comércio de exportação de café, em São Paulo, era semelhante à que se formara no Rio de Janeiro: A) fazendeiro; B) comissário; C) ensacador; D) corretor e E) exportador, atividade em que predominava o capital forâneo, principalmente, o norte-americano. Eram poucos os fazendeiros que também exerciam as demais atividades, e a maior ocorrência de casos em que ele exercia mais de uma, se limitava até o serviço de comissariar os negócios cafeeiros, dado que o capital externo praticamente controlava a exportação de café.” In: CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo...* p.70-71.

²⁵Inscrição de Penhor Agrícola nº 60. Livro de Transcrição de Penhor Agrícola nº 5. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Santa Cruz das Palmeiras.

consumidores do café nacional em guerra, ou seja, dada a tendência de queda nas cotações da saca no mercado mundial, quem poderia garantir que os preços se manteriam ao final do contrato? Ainda nesta escritura encontramos uma evidência bastante curiosa e complacente para com o devedor, pois estabelecia “*que todo o café da safra sujeita ao penhor, será beneficiado e remetido a Companhia Prado, Chaves & Cia, que o venderá*”.

Ou seja, o que este documento indica é que garantida uma cotação mínima de 5\$000, paga pelo banco em caso de calote, o devedor ainda teria a possibilidade de negociar a safra pela sua própria Casa Comercial, sendo, que, caso conseguisse uma cotação maior à já garantida, contabilizaria um excelente negócio. Evidentemente, cláusula tão magnânima por parte do capital bancário não era usual, indicando para a estratégia de que estes membros do grande capital cafeeiro usavam todo o seu *rol* de influência e todos os artifícios disponíveis em sua variada carteira de investimentos para buscar lucratividade máxima nas operações realizadas na economia cafeeira, dominando todas as fases do circuito. Cabe salientar também que neste exemplo o café penhorado seria transportado pelo Ramal de Santa Veridiana, que ligava os trilhos da Cia. Paulista (também pertencente a Antônio Prado) às portas de sua fazenda²⁶. O núcleo de relações, fortalecido e ampliado pelo entrecruzamento e diversificação dos negócios, parece ter colaborado para certa “benevolência” entre os membros do grande capital cafeeiro. Desta maneira, dificilmente este ator seria afetado pela *sangria na produção* que atingia a maioria dos fazendeiros *especializados* apenas em um segmento da cadeia produtiva, e teria ainda maiores condições de suportar momentos de crise, pois conseguia obter lucratividade em diversos setores no seio deste complexo econômico.

Descendo uma escala na hierarquia dos *fazendeiros* encontramos alguns agentes de extrema importância em nível local e regional, figuras que desempenharam importante papel na política Imperial e Republicana, mas que elegeram, de acordo com suas forças econômicas, um raio de ação interiorano vinculado ao *locus* de seu poder rural, ou seja, não extravasavam a espacialidade dos seus domínios territoriais. Atuavam num raio de abrangência no qual o centro era a fazenda onde residiam, ou mesmo a pequena cidade, constituindo estratos de segunda grandeza da elite cafeeira. Estas figuras eram importantes elementos de ordenação local e aqui, a título de exemplificação, citaremos o Barão de Rio Pardo, figura de destaque no município de Casa Branca.

Examinemos o teor de uma escritura de hipoteca lavrada em 24 de setembro de 1889, envolvendo o Banco de Crédito Real de São Paulo, como credor, e o Barão de Rio Pardo, como devedor. Nesta, foi emprestada ao Barão uma quantia de cento e dez contos de réis, a uma taxa de juros de 6% ao ano, e prazo de 15 anos para amortização, com destaque para as características dos imóveis hipotecados:

²⁶Em uma fala proferida por Immanuel Wallerstein, citando a visão de Fernand Braudel sobre o capitalismo, podemos compreender a questão da seguinte maneira: “Braudel mostra claramente que os grandes especialistas procuram sempre fazer tudo: o negócio, a produção, a finança. Só estando estabelecido em todos os domínios é que se pode esperar levar vantagens monopolísticas. Só os fracassados especializam-se, só eles são apenas comerciantes ou apenas industriais [...] A vantagem e a superioridade do capitalismo é a possibilidade de escolha”. In: BRAUDEL, F. *Uma lição de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989, p.104-5.

Fazendas agrícolas de café [três fazendas no município de Casa Branca: Campo Alegre, Santana da Serra e Serrinha], com uma superfície de 1.410 hectares, dividindo com o conselheiro Antonio da Silva Prado [...] contendo 230.000 pés de café, uma casa de morada mobiliada, uma dita para administrador, uma tulha, uma estribaria, uma casa para negócio, doze casas para colonos, casa de machinas (descascador, despulpador, ventilador de aço, catador, separador, locomovel de força de oito cavallos, moinho americano), três tanques cimentados e quatro tulhas para café; um terreiro ladrilhado fechado de tijollos, uma casa com monjollo e moinho, dez casas para empregados, uma olaria, três carros, uma carroça, cinqüenta bois de carro, duas reses de criar, dois muares, oito cavallos, e vinte egoas de raça²⁷.

Como é de se notar no excerto acima, esses grandes fazendeiros especializados na produção de café, pertencentes aos estratos do *médio capital cafeeiro*, ou àquilo que Perissinotto denomina “Lavradores”, também obtinham acesso a fontes institucionalizadas de crédito, uma vez que eram proprietários de extensas posses e safras, bem como possuíam relações com os membros do grande capital (no caso do Barão, a relação de vizinhança com Antônio Prado). Em se tratando de uma escritura de crédito hipotecário, os juros eram menores do que os praticados no mercado, que em média ficavam em torno de 12% ao ano, e com prazo maior para a amortização (quinze anos), indicando bom trânsito e proximidade às grandes fontes de crédito.

Em 28 de setembro de 1898 o Barão de Rio Pardo novamente contraiu um crédito hipotecário, agora de duzentos e cinquenta contos de réis junto à Casa Exportadora Neumann, Geep & Co. Ltda., com sede em Londres e filial em Santos, com juros de 12% ao ano e prazo de dois anos para o pagamento. Para garantir o crédito o devedor hipotecou as fazendas “Campo Alegre” e “Serrinha” (agora com 350.000 pés de café), evidenciando a perda de parte de seu lucro na comercialização, que ficaria a cargo de outrem. Na verdade, corrobora-se aqui a máxima apontada por Cardoso de Mello, segundo a qual:

Dentro do complexo cafeeiro e de uma economia agrário-exportadora como era a aqui em questão boa parte dos lucros se realizam na esfera da circulação, denotando uma dependência do produtor local especializado para com os grandes centros comerciais e seus respectivos agentes. Esta dependência, que é constitutiva à economia cafeeira, se repõe alimentada por dois fatores fundamentais. De um lado, os investimentos para a formação do cafezal eram vultuosos e seu prazo de maturação bastante longo; de outro, a estrutura de comercialização e financiamento, por

²⁷Escritura de hipoteca nº 236. Livro de Inscrição Especial nº 2. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

*causa do maciço investimento inicial, revelava-se altamente concentrada, ao contrário da estrutura da oferta do café. O fazendeiro estava preso [...] à dominação do capital mercantil*²⁸.

Estes exemplos são lapidares para diagnosticar a dependência que mesmo os grandes lavradores do interior paulista possuíam em relação aos comissários e as linhas de financiamento advindas dos grandes centros financeiros do complexo cafeeiro, que estabeleciam contrapartidas contratuais em muitos casos perniciosas àqueles ligados exclusivamente à lavoura, pois redundam na subordinação do capital agrário ao capital mercantil²⁹.

Uma estratégia utilizada por esses membros do *médio capital cafeeiro* foi a de “repassar” o crédito contraído nos grandes centros aos lavradores e outros agentes de menores posses, valendo-se da inexistência de fontes de financiamentos estabelecidas no interior. Esse “vácuo de capitais” pôde ser preenchido por aqueles que tinham acesso a estes centros e repassavam o capital sob um regime mais sufocante ainda, que podemos chamar de *divisão dos riscos*, num mecanismo no qual captavam recursos financeiros com uma taxa de juros abaixo das de mercado e repassavam este crédito a taxas mais elevadas a outros fazendeiros, comerciantes e profissionais liberais de sua região de influência. Em duas escrituras de hipotecas que envolvem o próprio Barão de Rio Pardo percebemos o estabelecimento dessa ponte entre uma modalidade de crédito de âmbito restrito aos fazendeiros de maior porte, captado em agências institucionalizadas da capital paulista, e a transferência deste crédito à escala local, via crédito pessoal, com taxas de juros superiores. Vejamos um exemplo.

Em 1900 o Barão de Rio Pardo assumiu um crédito hipotecário no valor de quinhentos contos de réis junto ao Banco de Crédito Real de São Paulo, com taxa de juros convencionada em 10% ao ano e com prazo de amortização de vinte anos. Como garantia ofereceu um imóvel rural denominado Campo Alegre, com 472 alqueires e 420.000 pés de café. No ano de 1902, entretanto, o mesmo Barão, agora como credor, emprestou a quantia de 7:500\$000 a Francisco Aleixo de Carvalho e sua mulher, Waldomira Nogueira de Carvalho, lavradores em Casa Branca. O devedor, para garantir este crédito, hipotecou uma parte de terras de campos e matos com um pequeno cafezal, porém, o que mais chama a atenção e corrobora nossa hipótese de *divisão dos riscos* e de transferências de recurso em diferentes instâncias do sistema de crédito, é a taxa de juros de 12% ao ano, acertada entre ambos, num prazo de seis anos para o pagamento da dívida. Captar a 10% e repassar a 12%, eis o segredo da operação.

²⁸MELLO, J. M. C. *O Capitalismo Tardio*. 11ed. São Paulo: UNESP; Campinas, SP: FACAMP, 2009. p.56.

²⁹“É inegável, portanto, que esse desamparo no qual vivia o fazendeiro deixava-o à mercê do capital comercial, dando, a este último, poderes para determinar o preço do café no nível mais baixo possível, apropriando-se da maior parte do excedente produzido pelos fazendeiros. É inegável também que o problema do crédito não recebeu nenhuma solução final durante o período, o que não deve ser visto como mero descuido por parte dos governantes, mas como indicação da força política do capital comercial”. In: PERISSINOTO, R. M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994, p.48.

O crédito para a pequena cafeicultura

Descendo alguns degraus na hierarquia do complexo cafeeiro, tratemos agora da pequena cafeicultura, aquela inferior a trinta mil cafeeiros, analisando agora os pequenos lavradores que detinham a posse da terra. Apesar de uma suposta superioridade dos padrões materiais destes pequenos proprietários e/ou posseiros em relação aos colonos, é necessário salientar que também viviam em condições financeiras muito adversas. Como salienta Pierre Monbeig, ao comprar a sua terra, o futuro sitiante esgotava seu capital. Não só ele deixava uma quantia grande nas mãos do loteador, como deveria fazer frente a toda espécie de despesas, como as da mudança e do custo das novas instalações. Como alude o autor:

É excepcional que possa derrubar a floresta somente com a cooperação da família e será preciso engajar alguns derrubadores e os pagar. A construção da casa e a compra das sementes e dos instrumentos de trabalho roem os magros recursos. Assim, desde a instalação, o sitiante pioneiro é obrigado a contrair empréstimos. Desencadeia-se, dessa forma, o mecanismo de uma armadilha de que os desafortunados não sairão jamais e que, de qualquer forma, amarrará por muito tempo o pioneiro, por mais corajoso e empreendedor que ele seja. Terá de viver de *empréstimos oneroso*³⁰.

Inferimos que esta constatação de Monbeig se estende para os pequenos produtores em seu conjunto, e não apenas aos chamados “pioneiros” – aqueles alocados nas zonas de recente exploração, e que, apesar de “tocarem” suas atividades com custos de produção reduzidos, em função da utilização do trabalho familiar, necessitavam de alguma fonte de crédito, notadamente de crédito pessoal.

Em estudo que versa sobre o crédito à pequena cafeicultura na região de Franca, Rodrigo da Silva Teodoro percebeu os pontos de contato entre este perfil de cafeicultura e o sistema de crédito, entre 1885 e 1914³¹. Vale ressaltar de antemão que as condições de empréstimos eram totalmente desfavoráveis aos pequenos cafeicultores, como observou o autor no contrato de empréstimo registrado no 2º tabelionato de notas de Franca no ano de 1900 entre o Dr. Marcílio Mourão, capitalista, e Joaquim Antônio de Andrade, lavrador, onde aquele efetuou um empréstimo a este no valor de 2:100\$000, a 1,5% de juros ao mês com capitalização semestral (os pagamentos deveriam realizar-se de seis em seis meses) e garantia de 300 arrobas de café (lembrando que a taxa de juros usual era de 12% ao ano). O que mais chama a atenção nesta escritura é o fato de o escrivão observar que o

³⁰MONBEIG, *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo...*, p.224.

³¹TEODORO, R. S. *O crédito no mundo dos senhores do café. Franca (1885-1914)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IE/UNICAMP, 2006.

credor receberia 15 quilos pelo preço de 10 que vigorasse em Santos³². À época, usava-se a expressão “arroba de dez quilos” para nomear tal prática de expropriação via crédito.

Com o mesmo teor temos o contrato lavrado entre Olívio Alves Ferreira, capitalista, e José Urias do Nascimento, lavrador, onde aquele emprestou a este a quantia de seis contos de réis, com a garantia de novecentas arrobas de café que deveria entregar na estação Mogiana, limpo e beneficiado; o devedor pagaria uma arroba por cada 10 quilos, ou melhor, pagaria a dívida com cada arroba de café valendo 10 quilos³³. Analisando mais alguns contratos nos quais o beneficiamento do café ficaria a cargo do devedor, Teodoro demonstra que os cafeicultores em geral encontravam-se numa posição de subordinação aos usurários urbanos.

Interessante notar que nos anos de dificuldades para a cafeicultura, entre 1899 e 1906, os maiores concessionários de crédito foram, ao lado dos “capitalistas”, os negociantes e comerciantes. De acordo com um estudo elaborado recentemente, pode-se notar que a participação dos “capitalistas”, cuja principal atividade consistia exatamente no empréstimo a juros, situa-se sempre em altos patamares. Os lavradores – designação que possivelmente se referia na sua quase totalidade aos fazendeiros – forneceram crédito em um volume mais alto durante o período em que se sentiu com maior força os efeitos do encilhamento, denotando que sua atuação como fornecedores de dinheiro ligou-se, sobretudo, a uma conjuntura de abundância monetária. Negociantes e comerciantes emprestaram mais no momento da crise deflacionista que se instaurou com o advento das políticas de Joaquim Murinho, provavelmente porque com a escassez de numerário os cafeicultores passaram a intensificar o recurso ao crédito nas suas compras de artigos citadinos, ou simplesmente porque durante a crise o comércio sentiu a necessidade de efetuar um registro dessas operações, necessidade não sentida em períodos anteriores. Todos estes credores aos quais já aludimos originavam-se na quase totalidade da região de Franca, de forma que, salvo o comissariado, não havia emprestadores de dinheiro de fora do município realizando transações em âmbito local de modo expressivo³⁴.

O fato de os pequenos cafeicultores se limitarem a um crédito de natureza “local” os fazia reféns de estratégias nada favoráveis do ponto de vista econômico, como pagamento de juros altos, artifício que pode ser visto também na região de Casa Branca. Nesta Comarca, 1897, Tibúrcio Baptista do Prado, lavrador,

³²Livro de Notas n. 36, fls. 14. 2º Ofício Civil de Franca. 1900. In: TEODORO, *O crédito no mundo...*

³³Livro de Notas n. 36, fls. 16. 2º Ofício Civil de Franca. 1900. In: TEODORO, *O crédito no mundo...*

³⁴Verifica-se para o caso de Franca uma marcada predominância das fontes locais de crédito, a despeito da atuação de Casas Comissárias como a Torquato Caleiro & Cia., e a Silva Ferreira & Cia., que possuíam sócios francanos e estreitas ligações com as fontes creditícias sediadas em Santos. “Esta vinculação das casas comissárias de maior porte a famílias do município permite deduzir que ainda que parcela do capital acumulado pela Silva Ferreira & Cia. e pela Torquato Caleiro & Cia. permanecesse na cidade de Santos, parte significativa poderia refluir para o município de Franca. [...] Assim verificamos que o crédito fluía principalmente de fontes locais, estimulando a acumulação endógena de capital”. In: TOSI, P. G. FALEIROS, R. N.; TEODORO, R. S. Crédito e pequena cafeicultura no Oeste Paulista. Franca: 1890-1914. *Revista Brasileira de Economia*, v. 61, p. 1-22, 2007.

hipotecou um sítio agrícola situado em Tambaú, composto de 18 alqueires de terras e 16.000 pés de café (indicando trata-se de um pequeno lavrador), junto ao credor Manoel Honório de Oliveira, proprietário residente em Tambaú. Esta hipoteca compunha a garantia de um empréstimo no valor de quatro contos de réis, capitalizados com juros de 2% ao mês, simplesmente o dobro do que as taxas práticas usualmente naquela localidade. A questão que se coloca é por que tal segmento social, constituído por pequenos lavradores, não lançava mão de outras formas de financiamento?

Por um lado, a resposta é dada pela própria debilidade do sistema, que em muitos casos não preenchia o seu papel de fornecer crédito agrícola aos fazendeiros de menor porte. Cabe salientar que esse assunto não compunha a agenda das lideranças políticas locais, ligadas, muitas vezes, ao grande capital cafeeiro, notadamente nas regiões de grandes lavouras, e, portanto, não disponibilizavam linhas de crédito especiais aos pequenos lavradores nos bancos e outras agências institucionalizadas existentes. Por outro lado, como nos ensina Pierre Monbeig, a própria mentalidade dos pequenos sítiantes e as ingerências da vida interiorana no meio rural conferiam um caráter “local” ao crédito, onde, para o autor:

Essa preferência corresponde, sem dúvida, a certa desconfiança com relação aos grandes bancos oficiais, para eles instituições distantes e um tanto misteriosas, talvez também demasiado associadas, no espírito da gente simples, a tudo que diz respeito à administração e governo. É mais fácil falar diretamente com um conhecido que nada ignora da vida rural, do que a um funcionário que fica atrás de um guichê, ou a um diretor de retaguarda de sua escrivania [...]. É um reflexo típico de camponês. O comerciante vizinho ou o ‘maquinista’ não pedirão títulos das propriedades nem estimativa de safras. É mais simples e econômico³⁵.

Estas evidências assinalam que, mesmo apesar dos reduzidos custos monetários de produção praticados na pequena cafeicultura, em função da utilização do trabalho familiar, em algum momento estas unidades tocavam no sistema de crédito, principalmente em anos de baixas colheitas ou por alguma intempérie, submetendo-se, nesta ocasião, a condições de empréstimo nada aprazíveis, tais como a diferenciada taxa de juros acima demonstrada e o diferencial de peso segundo o qual uma arroba passou a ter dez quilos. Estas ações contribuíram para a situação dolorosa em que viveram (e vivem) os pequenos lavradores, relegados, muitas vezes, a uma vida rústica e sem expressão política, uma vez que eram subordinados aos usurários locais.

³⁵MONBEIG, *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo...*, p.225.

O suporte do comércio à lavoura

Os comerciantes locais e regionais foram agentes fundamentais na cadeia do crédito, desempenhando funções importantes no que se refere às vendas a prazo. Os arranjos estabelecidos entre estes e os fazendeiros e sitiantes mantinham a baixa monetarização (e descapitalização) verificada entre os produtores de café, sejam eles grandes ou pequenos, durante boa parte do ano agrícola. As Casas Comerciais suportavam um longo período de espera, por volta de um ano, ou pelo menos de safra a safra, até receberem o pagamento daquelas mercadorias utilizadas pelos fazendeiros ao longo do período para manter a produção e a subsistência da vida cotidiana, ligada, em grande medida, do fornecimento dos produtos advindos desses comerciantes, em geral, citadinos.

Dessa forma temos, portanto, ao menos dois problemas acerca da atuação desses comerciantes que merecem um melhor esclarecimento quanto à manutenção destas práticas creditícias. O primeiro é: aonde estes comerciantes locais conseguiram dinheiro e mercadorias para manter o aporte “anual” de crédito? O segundo: em que bases eram firmadas as relações, na outra ponta, com os fazendeiros? Vejamos as palavras de Pedro Geraldo Tosi, a esse respeito, em estudo sobre a cidade de Franca:

Nas relações de negócios entre fazendeiros e comerciantes, o conceito de reputação e bom nome era condição necessária ao desempenho da função de comerciante; enquanto critério de suficiência, era completado, no outro lado da relação, pelo crédito que o fazendeiro pudesse auferir³⁶.

Mais do que a boa reputação do comerciante estava em jogo para que seus negócios prosperassem a capacidade destes em fornecer crédito em dinheiro ou mercadorias para os fazendeiros. Tal fato se concretizava na medida em que estes varejistas locais estabeleciam vínculos com atacadistas que atuavam em São Paulo e no Rio de Janeiro. Nestes grandes centros os comerciantes de maior vulto desfrutavam de crédito bancário com taxas de juros mais baixas e prazo mais dilatado, necessário para subsidiar o longo período para o recebimento do dinheiro e das mercadorias concedidas. Em função destes ajustes em escala, partindo daqueles comerciantes de maior porte estabelecidos nos grandes centros, e chegando aos comerciantes locais (e destes aos fazendeiros), as “engrenagens do crédito” tornavam-se suficientemente vigorosas para sustentar o funcionamento sazonal da produção de café. Estas escalas e ligações podem ser vistas através de algumas escrituras cartoriais registradas no município de Casa Branca.

Em escritura de crédito hipotecário lavrada em 1897 no Cartório de Notas de Tambaú, a F. Papini & Cia., estabelecida em São Paulo, forneceu a quantia de quatro contos de réis a Anicetto Scaravelli, negociante de Tambaú, com juros de 1% ao mês e prazo de um ano para iniciar a amortização. O devedor hipotecou como garantia

³⁶TOSI, P. G. *Capitais no interior: Franca e a História da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)*. Franca: UNESP-FHDSS, 2002, p.129.

junto aos credores um sobrado, situado na cidade de Tambaú, imóvel que, ao que tudo indica, deveria abrigar a moradia dos devedores no andar de cima e as portas de sua Casa Comercial ao nível da rua³⁷. Nestas condições, o varejista Scaravelli teria condições de abastecer as fazendas da região, fazer alguns adiantamentos a colonos e pequenos lavradores, e auferir algum lucro cobrando taxas de juros superiores à da captação.

Outro exemplo destas condições favoráveis fornecidas por atacadistas estabelecidos nas grandes cidades do complexo cafeeiro aos comerciantes de escala local pode ser dado por uma escritura de hipoteca, firmada em 1897, em Tambaú. Nesta, o credor V. Vagner Carvalho & Cia., negociante de São Paulo, forneceu a soma de 2:900\$000 a José Justino Fernandes, comerciante de Tambaú, sendo o empréstimo garantido pela hipoteca de uma casa de morada, para ser paga no prazo de um ano sem juros algum³⁸. Vejamos outro exemplo. Em 1890, o credor Francisco Horta, negociante estabelecido no Rio de Janeiro, disponibilizou a quantia de cinco contos de réis aos devedores Antônio Poli e sua mulher, mediante garantia hipotecária de uma casa de morada, no largo do mercado, na cidade de São José do Rio Pardo. Essa quantia deveria ser reembolsada ao credor no prazo de um ano e meio, novamente sem juros algum³⁹.

Estes contratos de crédito hipotecário evidenciam uma situação favorável dada aos varejistas locais, uma vez que possuíam acesso privilegiado ao crédito disponibilizado pelos atacadistas de maior vulto, que, por seu turno, tentavam manter a lucratividade de seus negócios através do escoamento de mercadorias de forma mais ágil e eficiente, daí a necessidade de estabelecer laços com os pequenos comerciantes do interior. É importante reter aqui que a figura do comerciante local dava vazão dos produtos manufaturados e semimanufaturados produzidos no mundo urbano para o mundo rural, e que é por meio deste agente, através de sua reputação e capacidade de segurar as vendas a prazo, que grande parte do circuito mercantil cidade-campo pôde se realizar de forma eficaz. O ponto da argumentação é que as relações de confiança (*vizinhança* nos termos de Bourdieu) indicam que o mundo social está presente em sua totalidade em cada ação econômica, e que a multidimensionalidade e multifuncionalidade do sistema de crédito, como de qualquer outra forma de sociabilidade, demandam um olhar para além do meramente econômico⁴⁰. Noutros termos, dificilmente os distantes atacadistas da capital obteriam franqueada entrada em circuitos de sociabilidade regionalizados, surgindo daí a necessidade de construir pontes com os varejistas.

Em via contrária, ocorria a venda de produtos rurais para a cidade. Talvez seja esse o ponto que mereça maior atenção e até mesmo justifique o favorecimento dado pelos atacadistas dos grandes centros aos comerciantes locais. Na verdade,

³⁷Escritura de hipoteca nº 529. Livro de Inscrição Especial nº 2B. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

³⁸Escritura de hipoteca nº 522. Livro de Inscrição Especial nº 2B. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

³⁹Escritura de hipoteca nº 273. Livro de Inscrição Especial nº 2A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

⁴⁰BOURDIEU, Pierre. *Las estructuras sociales de la economia*. Buenos Aires: Manantial, 2002, p.16.

eles objetivavam a monopolização da venda das mercadorias produzidas no campo, seja o café ou gêneros alimentícios em geral, nos promissores e frenéticos mercados das nascentes metrópoles. Para este mecanismo funcionar de fato a figura do comerciante local como intermediário era essencial, pois, através dos contratos de fornecimento estabelecidos com os fazendeiros, eles garantiam contrapartidas com vistas a adquirir a totalidade da produção rural dos fazendeiros por eles abastecidos. Para elucidar a questão vejamos o teor da escritura cartorial abaixo elencada.

Em 1895 Luiz de Abreu e Lima e sua mulher Maria Constança de Abreu, lavradores, residentes em Casa Branca, contraíram um empréstimo no valor de vinte e cinco contos de réis com um prazo de pagamento de dois anos, sendo a taxa de juros de 18% a.a., junto ao credor Bacci & Canquerine, negociantes de Casa Branca. Como já explicitado, percebe-se que os pequenos lavradores estavam em desvantagem quanto às linhas de crédito, haja vista a taxa de juros elevada praticada nesta escritura. Mesmo com a exorbitante taxa, os credores exigiram garantias consideráveis: a) a hipoteca da propriedade rural dos devedores, compostas de um sítio com 28.000 pés de café, paiol, tulha, monjolo, pastos cercados; b) um carro com 10 bois, roça, gado e mais criações; c) todas as benfeitorias existentes e as que crescerem; como também os frutos pendentes dos cafeeiros durante o prazo da dívida hipotecária e enquanto não for esta saudada⁴¹.

A questão que se coloca é a seguinte: por que esta Casa Comercial sediada em Casa Branca impôs aos lavradores cláusulas contratuais tão desfavoráveis? Como sustentou Faleiros, os fazendeiros (mesmo os de menor cabedal) procuravam estabelecer cláusulas contratuais que limitavam o poder de comercialização das sacas de café e dos alimentos cultivados nos espaços intercafeeiros que pertenciam aos “colonos”, de modo que canalizavam para si o poder de negociá-las⁴². Esta transação, sugestivamente, se dava com o varejista local, que, no passado, havia abastecido a fazenda, ou seja, “ocorre que parte dos gêneros obtidos junto aos colonos ou parceiros pelos cafeicultores [...] destinar-se-iam ao pagamento de suas dívidas com os comerciantes da cidade [...]”⁴³.

Sendo assim, as evidências parecem indicar um circuito de submissão iniciado com a produção de café e alimentos auferida pelos “colonos”, concentrada por vários mecanismos pelos fazendeiros (Vendas, taxas e cláusulas contratuais) e posteriormente transacionada com os varejistas locais e regionais, que, através de “parcerias” com comerciantes de grosso calibre, sustentavam o abastecimento e a existência cotidiana dos produtores de café. Por outro lado, os atacadistas sediados na capital, em função da sustentação que ofereciam ao comércio local, teriam acesso a uma oferta constante e crescente de café e gênero alimentícios na medida em que injetasse maior crédito nestes circuitos.

⁴¹Escritura de hipoteca nº 415. Livro de Inscrição Especial nº 2A. Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca.

⁴²FALEIROS, R. N. *Fronteiras do café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937)*. Bauru, SP: EDUSC, 2010. p.246-247.

⁴³TEODORO, *O crédito no mundo dos senhores ...*, p.226.

Considerações finais

Procuramos, desta forma, tecer as linhas que ligam as diversas escalas de lavradores do complexo cafeeiro, arrematando-os de certa forma a uma cadeia de crédito fortemente hierarquizada, onde o topo era ocupado pelo *grande capital cafeeiro*, que diversificava suas atividades no cume da cadeia mercantil, com fácil acesso às modalidades de crédito existentes. Perpassando a uma escala inferior, onde a figura do grande fazendeiro, atrelado ao *médio capital cafeeiro*, especializado e preso à produção de café é dominante, porém dominado pelo capital mercantil que através do crédito alicia a safra alheia.

Próximo à base produtiva encontramos também atores altamente especializados na produção, porém de menor calibre que os agentes do *grande capital cafeeiro*, que por meio de estratégias de “repasse” do crédito aos pequenos lavradores com taxas de juros maiores, criavam um mecanismo para “blindar” esses integrantes do *médio capital cafeeiro*, através da *divisão dos riscos* com esses agentes de diminutas posses, que não tinham escolha para captar o crédito em nível local, e que acabavam presos a esta espécie de “armadilha”.

Observamos, também, diferentes ajustes em escala, desde aqueles atacadistas estabelecidos nas cidades de maior porte – com maior acesso ao crédito, principalmente junto aos bancos, obtendo melhores taxas de juros e maiores prazos para suportarem o tempo necessário pelas mercadorias concedidas – até os comerciantes locais, que as repassavam para os pequenos e os grandes cafeicultores, com as devidas contrapartidas. Por isso as “engrenagens desta máquina de crédito” teriam que ser vigorosas e bem ajustadas para sustentar um prazo de perenidade anual. Para retificar nossa posição, acreditamos, segundo a constatação de Pedro Geraldo Tosi que “os negócios privados da cafeicultura [...] não se sustentavam em uma relação pura e simples de confiança, essa era tão somente uma justificativa que encobria a verdadeira fonte de lucro, qual seja: a intermediação nos negócios com café”. E, podemos acrescentar: de outros gêneros alimentícios também.

É evidente que o complexo cafeeiro paulista se atrela à economia mundial, sem a qual não haveria a realização completa do capital, suscitando, assim, a dependência do interior do Estado de São Paulo e dos agentes que ali atuavam num país pertinentemente especializado na produção de um produto de exportação, ou seja, de café diante da *economia-mundo capitalista*.

Por outro lado, os movimentos da cadeia do crédito aqui exposta evidenciam algo patente: o comércio paulista assentado no café não foi um circuito fechado em si mesmo, muito pelo contrário, ele se assentou num raio internacional de troca que envolveu, desde a base, parte crucial do sistema, gêneros *in-natura*, mercadorias variadas, dinheiro vivo e crédito. Esse mercado de crédito trabalhou com instrumentos variados, realçando as diferentes voltagens que operam no circuito, seja entre grandes e pequenas lavouras ou das cidades do interior a São Paulo e até mesmo ao exterior. Como metáfora, podemos dizer que cafeicultura paulista foi uma música com várias vozes, ou seja, marcada pela polifonia.



RESUMO

O presente artigo procura contrapor-se a uma ideia que foi por muito tempo aceita no campo da história agrária brasileira: a *perspectiva plantationista*. Não deixamos de ressaltar a importância econômica e social da grande lavoura de café na economia paulista, na passagem do século XIX para o século XX. Por outro lado, procuramos salientar a diversidade da estrutura fundiária sob a qual se assentou a expansão cafeeira em São Paulo, ressaltando o papel ocupado pela pequena lavoura, que ao contrário do exposto pela historiografia, não se dedicou somente à produção para o mercado interno; pelo contrário, elas também assumiram a função exportadora. Captamos a variedade de unidades produtivas nesse complexo econômico através de fontes primárias de origem cartorial – hipotecas e penhores agrícolas – que revelaram as distintas estratégias de financiamentos praticadas nas diferentes escalas de produção.

Palavras Chave: Crédito; Estrutura fundiária; Cafeicultura.

ABSTRACT

The current paper seeks to counter an idea that has been accepted for a long time in the field of Brazilian agrarian history: *the plantationist perspective*. On one hand, we do not fail to emphasize the social and economic importance of the large coffee farming in São Paulo economy, in the late nineteenth to the twentieth century. On the other hand, we try to highlight the diversity of land structure on which the coffee expansion in São Paulo has been set, highlighting the role of the small farming, which, opposing what has been shown by the historiography, hasn't dedicated its production only for the domestic market; on the contrary, it has also assumed an export function. We have grasped the variety of productive units in this economic complex through primary sources originary from general register offices – agricultural mortgages and pledges – that revealed the distinct strategies for funding practiced among the different scales of production.

Keywords: Credit; Land structure; Coffee growing.

